

INDICE

Agradecimentos	7
1. Introdução	9
2. A reforma da Lei de Enquadramento Orçamental – A Lei 64-C/2011, de 30 de dezembro	13
3. A nova Lei de Enquadramento Orçamental	29
3.1. Introdução:.....	29
3.2. A reforma do processo orçamental.....	49
3.3. O Regime transitório da reforma da Lei de Enquadramento Orçamental	68
3.4. Os princípios orçamentais.....	70
<i>i.</i> Princípio da Unidade e da Universalidade	73
<i>ii.</i> Princípio da estabilidade orçamental e Princípio da sustentabilidade orçamental.....	77
<i>iii.</i> Princípio da solidariedade recíproca	82
<i>iv.</i> Princípio da equidade geracional.....	82
<i>v.</i> Princípio da anualidade e plurianualidade.....	86
<i>vi.</i> Princípio da não compensação	88
<i>vii.</i> Princípio da não consignação	90
<i>viii.</i> Princípio da especificação	92
<i>ix.</i> Princípio da economia, eficiência e eficácia.....	97
<i>x.</i> Princípio da transparência orçamental	98
3.5. A reforma orçamental e os condicionalismos orçamentais ao nível da União Europeia.....	99

3.5.1. A transposição das regras do Tratado Orçamental.....	99
3.5.2. A transposição das regras do Semestre Europeu.....	115
3.6. A orçamentação por Programas e os Programas orçamentais	136
3.7. A gestão orçamental na nova Lei de Enquadramento Orçamental	143
3.8. O Relato Financeiro e a Transparência na nova Lei de Enquadramento Orçamental	154
3.9. O quadro de programação de médio prazo.....	161
3.10. Entidade Contabilística Estado	166
3.11. Síntese Conclusiva.....	168
3.12. Reflexões para o futuro: o que (ainda) pode ser feito para melhorar o processo orçamental.....	175
4. A Lei 151/2015, de 11 de setembro.....	183
5. A Lei 64-C/2011, de 30 de dezembro	279
6. Referências	307